

537

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

EDUCAÇÃO DE ADULTOS

REUNIÃO DE TÉCNICOS SOBRE O ACESSO À EDUCAÇÃO
DE MULHERES JOVENS E ADULTAS NAS
REGIÕES RURAIS DA ÁSIA

R E C I F E

SUDENE - Setor Gráfico e de Reproduções

1 9 6 3

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS
PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA

Reunião de Técnicos sobre o acesso à educação de mulheres jovens
e adultas nas regiões rurais da Ásia

Bangkok, Tailândia, 26 de fevereiro

- 8 de março de 1962 -

RELATÓRIO FINAL

I - INTRODUÇÃO

1. A reunião de peritos para discutir o ingresso de mulheres das zonas rurais da Ásia, na educação, organizada pela UNESCO, em Bangkok, com a colaboração do governo da Tailândia, foi realizada na Sala Santitham (Bangkok), de 26 de fevereiro a 8 de março de 1962. A UNESCO pediu a 17 Estados membros da Ásia^{1/} e a um membro associado^{2/} para designar, cada um, perito que seria convidado pela Organização a participar dessa reunião. Esses países podiam enviar, por sua vez, um outro perito para a reunião, caso considerasse árdua para uma só pessoa a exposição, simultaneamente, da situação no domínio escolar e no extra-escolar, ou em trazer informações acerca de diferentes regiões de um mesmo país ou, ainda, em analisar as possibilidades de educação oferecidas aos membros de diferentes comunidades linguísticas. Dezesseis governadores responderam afirmativamente à solicitação da UNESCO^{3/} e 25 peritos^{4/} participaram da reu-

^{1/} Afeganistão, União da Birmânia, Cambodge, Ceilão, China Nacionalista, Coreia, Índia, Indonésia, Irão, Japão, Laos, Federação da Malásia, Nepal, Paquistão, Filipinas, Tailândia, Vietnam.

^{2/} Singapura.

^{3/} União da Birmânia (1), Ceilão (1), China Nacionalista (1), Coreia (2), Índia (1), Indonésia (1), Irão (1), Japão (1), Laos (2), Federação da Malásia (1), Nepal (1), Paquistão (2), Filipinas (2), Singapura (3), Tailândia (4), Vietnam (1).

^{4/} Ver anexo I, Lista dos participantes.

nião. Além disso, três outros Estados membros designaram observadores^{5/} A Organização das Nações Unidas, a Organização das Nações Unidas para a alimentação e a agricultura e a Comissão Econômica das Nações Unidas na Ásia e no Extremo-Oriente também nomearam seus representantes. Dez organizações^{6/} internacionais, não governamentais, designaram, da mesma forma, observadores. Finalmente, uma das conselheiras que participara na redação do documento de trabalho da reunião^{7/} tomou parte, igualmente, nas discussões.

Objetivo da reunião

2. A reunião teve por objetivo a avaliação das possibilidades que se oferecem atualmente de acesso à educação a mulheres jovens e adultas das zonas rurais da Ásia. Ela se propôs permitir o esclarecimento dos principais problemas que se relacionam com o acesso à instrução primária, com os estudos gerais ou técnicos e profissionais do segundo grau, com o ensino superior e a educação de adultos, bem como examinar disposições tomadas ou encaradas nos diferentes territórios da região para solucionar estes problemas. Os técnicos tiveram oportunidade de sugerir medidas próprias para melhoramento da situação e indicar a origem de prioridades que se propõem a aplicar, no decurso dos próximos anos, na elaboração e na execução de programas nacionais ou regionais que interessem à educação de mulheres jovens e adultas nas zonas rurais da Ásia.

5/ Austrália, Reino Unido (Borneo setentrional britânico e Sarawak), Estados Unidos da América.

6/ Aliança de Cooperação Internacional, Aliança Internacional das Mulheres, Assembléia Mundial da Juventude, Associação Mundial de Guias e Informantes, Associação Mundial das Senhoras Cristãs. Federação Mundial das Organizações dos Professores, Conselho Internacional das Mulheres, Federação das Associações Femininas da Ásia, Federação das Mulheres diplomadas pelas Universidades, União Mundial das Organizações Femininas Católicas.

7/ Dra. Diana Dju (China Nacionalista).

Preparação da reunião

3. Em julho de 1961, a UNESCO encaminhou aos Estados membros e membros associados da Ásia, supra mencionados (notas 1 e 2), um questionário sobre as condições nas quais as mulheres das zonas rurais poderiam beneficiar-se da educação no domínio escolar e no extra-escolar. Para complementação das informações recebidas, em resposta a este questionário, a UNESCO encarregou duas conselheiras^{8/} que percorreram sete países da região^{9/} onde, graças à colaboração dos governos interessados, puderam manter contato com os Ministérios da Educação, meios educativos e organizações que se ocupam da educação de mulheres, e visitar estabelecimentos de ensino nas zonas rurais. Estas conselheiras redigiram em seguida, com a colaboração do Secretário da UNESCO, um estudo baseado nas informações obtidas e na documentação oficial de que a Organização dispõe.

4. Os técnicos receberam, por outra parte, a título de documentação de base, um certo número de publicações editadas pela UNESCO a cerca das necessidades da Ásia, em matéria de ensino primário, bem como a respeito do seu ingresso na cruzada de educação nas zonas rurais.

5. A Organização Internacional do Trabalho e a Organização das Nações Unidas para a alimentação e a agricultura prepararam, individualmente, um documento para a reunião.

Abertura da reunião

6. A sessão solene de abertura da reunião realizou-se no dia 26 de fevereiro de 1962, sob a presidência de Khun Ying Dusdi Malakul, na sala das sessões da Sala Santitham, em Bangkok. M. Nob Pa

^{8/} Mlle Kyi Kyi Win (Birmânia e o Dra. Diana Dju (República da China))

^{9/} Coreia, Índia, Indonésia, Federação da Malásia, Paquistão, Filipinas, Tailândia.

lakawongsa, diretor da Divisão dos negócios exteriores do Ministério da Educação e Secretário Geral da Comissão Nacional da Tailândia na UNESCO, apresentou as boas vindas aos participantes em nome das autoridades tailandesas, bem como sentiu-se honrado com a relevância que uma reunião, sobre assunto de tão alta importância para o desenvolvimento da educação nos países da Ásia se tenha realizado em Bangkok, e que já é o ponto de uma cooperação ativa entre a UNESCO e a Tailândia no domínio educativo. O Dr. A.F.M.K. Rahman, diretor do Escritório Regional da UNESCO para o desenvolvimento da educação na Ásia, representando o Diretor regional da UNESCO, salientou a urgência que apresenta, para os territórios da região, o problema do desenvolvimento educacional da população feminina das zonas rurais, condição para um progresso econômico e social rápido. Invocou a ação da UNESCO no domínio da igualdade do acesso de mulheres no movimento de educação e nas atividades empreendidas pela Organização na pauta dos programas de desenvolvimento do ensino na Ásia. Khun Ying Dusdi Malhul, presidente do Comité Cultural da Comissão Nacional da Tailândia na UNESCO abriu a reunião e relembrou a situação favorável das mulheres tailandesas, bem como o que concerne ao estatuto destas, além das possibilidades de seu acesso à educação, acentuando o papel importante que elas podem desempenhar no desenvolvimento social, econômico e cultural de seu país. Expressou os melhores votos para que o trabalho dos técnicos fosse levado em consideração pelas autoridades responsáveis pela educação nos países da Ásia e ajudasse o progresso neste domínio. Salientou-se outrossim, que a reunião dos técnicos deveria, igualmente, ter como resultado uma compreensão internacional mais profunda e sincera.

II - RESUMO DOS DEBATES

7. No decurso da primeira sessão, os técnicos elegeram a Dra. Ambhorn Meesook (Tailândia), como presidente, a senhora Raksha Saran (Índia), o Dr. Miguel M. Solis (Filipinas) e a senhora Gunsun Hoh (China Nacionalista), como vice-presidentes e a senhora Maryam Zahir-Daftari (Irão), como relatora. A senhorinha Nicole Friderich, do Departamento de Educação da UNESCO, preencheu as funções da secretária da reunião.

Estudo da situação atual

8. Os técnicos constataram que no plano escolar, na maior parte dos países da Ásia, os efetivos femininos, nas regiões rurais, são inferiores aos de rapazes. A proporção de moças em curso primário varia entre 10 e 52%, entretanto, na maioria dos países, ela oscila em redor de 30-40%. No nível secundário o contingente feminino diminui consideravelmente em relação ao dos rapazes; e é extremamente baixo no nível superior. Quanto ao ensino profissional e técnico, salvo em alguns países da Ásia que se industrializam rapidamente e onde se desenvolve o artesanato local, êle não atende senão um número muito pequeno de moças. A regularidade e a duração da frequência escolar das moças nas regiões rurais deixa, igualmente, a desejar, e a evasão escolar é, frequentemente, considerável.

9. Êste fato tem como causas principais problemas comuns aos distintos países da região, embora os afetem em diversos graus. Os técnicos estimam que uma das mais sérias dificuldades reside no afastamento das escolas nas zonas rurais. Êste fator afeta particularmente as moças, visto que os pais hesitam em deixá-las fazer, desacompanhadas, um longo percurso até alcançar o centro escolar mais próximo. O péssimo estado ou mesmo a ausência de estradas e a falta de meios de transporte vem juntar-se a êste obstáculo. O problema torna-se ainda muito mais delicado nos Estados compostos de um grande número de ilhas.

10. A falta de prédios escolares, nas zonas rurais, mesmo para o nível secundário, limita as ocasiões que se oferecem às moças para empreender ou prosseguir seus estudos, existindo nas famílias tendência a dar prioridade aos rapazes, em matéria de educação. Nos níveis secundários e superior, a maior parte dos estabelecimentos de ensino encontra-se nas cidades, e assim os pais que estivessem dispostos a permitir que suas filhas continuassem a frequentar uma instituição de ensino em outra localidade, se oporiam a isso, pela ausência de internatos. Não é costume, nos países da Ásia, consentir que uma jovem se instale sozinha numa cidade sem assistência de uma pessoa responsável.

11. As dificuldades de ordem econômica têm, igualmente, grande importância para a frequência escolar das moças nas zonas rurais. O nível de vida é frequentemente menos elevado no interior que nas cidades e o pagamento das despesas escolares, por menores que sejam - compra de cadernos e material escolar - representam para os pais dificuldades, as vezes intransponíveis. Não permitem que as suas filhas vão à escola com vestes rôtas, inconveniente êste que afeta muito menos os rapazes.

12. Para aumentar a fraca renda da família, as moças, em várias regiões, logo muito cedo, vão trabalhar na agricultura. Nas zonas onde indústrias mais ou menos importantes, começam a ser instaladas, as moças vão trabalhar nas fábricas ou nas oficinas. Frequentemente, elas resolvem não prosseguir nos estudos, preferindo ganhar, mesmo que seja muito baixo seu salário. Mesmo nos casos em que não achem necessário que suas filhas trabalhem, assalariadas ou não, os pais não vêm frequentemente, a necessidade de lhes dar uma educação, porque consideram que elas são feitas para constituir um lar, e que o ensinamento escolar não lhes é necessário na preparação desta tarefa. Tal fato decorre da não compreensão que os pais têm para com as vantagens e a utilidade da educação.

13. As tradições sociais, mais arraigadas no interior, constituem, com efeito, um óbice, em numerosos países da Ásia, quanto ao ingresso das moças na educação. Esta influência, geralmente, não ocorre no decurso dos primeiros anos de aula e na maioria dos países não há objeção a que as meninas, em idade escolar, frequentem escolas mistas. Após alguns anos de escola, todavia, o costume e a necessidade de manter as moças em casa, para ajudar nos trabalhos e se ocupar das crianças mais jovens, e em certas regiões o casamento precoce, causam, entre a população escolar, perdas importantes do efetivo feminino.

14. Em geral, o baixo nível de instrução das famílias não permite que as meninas obtenham melhores progressos nas escolas, ficando assim entregues aos seus próprios recursos intelectuais e, não raro, encontrando dificuldades em seguir os programas escolares. Outros -

sim, constata-se que os alunos das escolas rurais não receberam suficiente preparação para ter êxito nos exames de admissão aos estabelecimentos de ensino secundário ou superior.

15. Os programas de ensino, na maioria, são idênticos para os rapazes e para as moças e em grande parte são semelhantes nas zonas rurais e urbanas. Estes programas inicialmente concebidos para uma população urbana, são na maioria, fixados de modo bastante rígido pelas autoridades. Os educadores encontram geralmente dificuldades em adaptá-los ao meio, aos interesses, aos hábitos das regiões rurais. Mesmo quando lhes é dado certo estímulo para adaptarem livremente os programas, os manuais escolares se mostram frequentemente limitados no acompanhar os planos de estudos oficiais. Em consequência os programas ministrados às moças do interior estão, não raro, desligados de suas realidades ambientais e não apresentam maior interesse e incentivo para as alunas. Por sua vez, os pais consideram que este tipo de ensino apresenta pouca utilidade.

16. Constata-se um aproveitamento insuficiente dos meios de informações para os fins educativos (programas escolares radiofônicos, por exemplo) e uma tendência a considerar os auxílios audio-visuais muito dispendiosos. Por falta de preparação suficiente para o aproveitamento destes, cujo custo seria mínimo, os professores não consideram o aproveitamento dos recursos locais e encaram tão somente o emprêgo de auxílios audio-visuais mecânicos e aperfeiçoados (projetores, etc.), os quais ultrapassam suas possibilidades financeiras. Assim, as escolas rurais estão, frequentemente, privadas das técnicas pedagógicas modernas que poderiam tornar o ensino mais atraente. Os trabalhos dos centros de pesquisas pedagógicas e de psicologia da criança não são bastante utilizados.

17. Nas zonas rurais as possibilidades de emprêgo remunerado que se oferecem às moças que tenham terminado o curso primário ou o curso secundário, são muito limitadas. Elas podem, às vezes, encontrar trabalho nas pequenas indústrias e no artesanato local, mas, na maioria dos países, a falta de escolas profissionais as impede de escolher as mais variadas profissões.

18. Constata-se, outrossim, particularmente nas zonas rurais, uma ausência quase total em orientação vocacional. Os alunos, e em particular as moças, não conhecem as possibilidades profissionais que se lhes poderiam oferecer, bem como não são dirigidas para as carreiras que lhes conviriam.

19. Outra deficiência do ensino profissional propriamente dito, constata-se frequentemente é o insuficiente desenvolvimento dos cursos domésticos, geralmente incluídos nos programas de ensino secundário. A falta de ensino qualificado, de locais adequados e de material necessário, reduz repetidamente e, em grandes proporções, este ensino que deveria proporcionar às moças, futuramente, melhor cuidado com seu lar e permitir-lhes zelar pela saúde das crianças. Em certos estabelecimentos, cujo ensino é ministrado por homens, as lições de economia doméstica, mesmo se teoricamente fazem parte do programa, não têm condições de ser realizadas.

20. Os técnicos constataram que um dos problemas mais graves para o desenvolvimento de educação das moças nas zonas rurais é o da falta de peessoal docente, especialmente, de pessoal feminino qualificado. Com o desenvolvimento do ensino primário gratuito, e em certos países obrigatório, a demanda do pessoal docente vem-se tornando cada vez maior e o recrutamento de professores se faz frequentemente, sem os devidos requisitos, com repercussões prejudiciais sobre o nível escolar. Em vários países da região, dada a urgência da necessidade de pessoal, as professoras não recebem formação completa nem são iniciadas nos métodos modernos de ensino. Essas professoras quase nada sabem, tampouco, sobre as bases de adaptação dos programas à vida rural. Estão, portanto mal preparadas para exercer sua profissão nas pequenas cidades do interior. Introduzem, frequentemente, grande parte de elementos estranhos ao meio dos alunos, que por isso não se interessam pelos ensinamentos que recebem. As alunas das escolas normais são continuamente recrutadas na população urbana, e encontram grandes dificuldades em se adaptar à vida rural. Procuram por todos os meios ocasiões para serem transferidas novamente para o centro urbano. Mesmo quando acontece serem as candidatas ao cargo de professoras recrutadas nas zonas rurais, recebem, contudo, frequente

mente, formação profissional na cidade e não querem mais voltar a ensinar no interior.

21. Os professores rurais, outrossim, não mantêm contatos com seus colegas e com os inspetores. Isto os impossibilita de renovar o ensino e de manter-se em contato com os métodos modernos. Por estas e outras razões, muitas educadoras qualificadas e conscienciosas não desejam trabalhar no interior, tanto mais quanto se sabe que suas atividades não são suficientemente reconhecidas e que os professores rurais são, às vezes, considerados como professores de segunda classe.

22. As condições econômicas dos professores rurais são geralmente inferiores às daquelas de que se beneficiam seus colegas das cidades. As condições de trabalho são geralmente mais espinhosas e as distrações mais raras. As condições difíceis de ensino rural afastam, frequentemente, maior número de professoras que de professores; ora, no interior os pais exitam em mandar suas filhas à escola, se os docentes são todos homens.

23. Constata-se igualmente que entre os jovens, de ambos os sexos, há grande tendência em abandonar suas cidades, principalmente, atraídos pelas vantagens que as cidades oferecem. O conforto, as condições de limpeza e de higiene são igualmente melhores nos centros urbanos, as diversões mais variadas. Não se pode manter os jovens no interior sem melhorar as condições de vida, os transportes, a iluminação, os recursos culturais e as distrações. O ensino escolar, por outro lado, geralmente não dá aos alunos, de modo adequado, conhecimento das belezas e vantagens do interior, nem dos recursos que oferece a vida rural, de modo a inspirar-lhes um apêgo estável às suas comunidades.

24. Ainda que a situação do ensino escolar varie consideravelmente entre os diferentes países da Ásia, as dificuldades e obstáculos que entravam a frequência escolar das moças nas zonas rurais, se acham mais ou menos no mesmo grau em cada Estado. Para muitos desses Estados poderiam ser encontrados soluções análogas, bem como ou-

tras experiências nacionais podem ser confrontadas com proveito . Um melhor conhecimento recíproco das dificuldades encontradas no desenvolvimento da educação das moças nos países da Ásia, poderia contribuir certamente, para a solução destes problemas.

Exame dos fatores favoráveis ao desenvolvimento da educação das moças nas zonas rurais

25. Certo número de fatores da recente evolução nos países da Ásia permitiu o desenvolvimento da educação das meninas. O fato de maior importância foi a instituição do ensino primário gratuito na maior parte dos países. Na maioria destes o ensino primário é obrigatório. A duração da escolaridade varia atualmente entre 3 e 9 anos. Muitos países pensam em fixá-lo em 6 anos no decurso dos próximos 15 ou 16 anos.

26. As reformas sociais e a evolução das estruturas das famílias tiveram, igualmente, uma influência favorável na escolarização das moças. Muitas das objeções que foram formuladas contra a frequência escolar das moças desapareceram pouco a pouco, e no nível primário, pelo menos, não apresentam mais objeções de princípio. O desaparecimento progressivo dos casamentos precoces nos países, constituem, também, fatores favoráveis. Assim, as moças têm muito mais possibilidades de continuar os estudos até o fim do curso primário, bem como, condições para fazerem os cursos secundário e superior.

27. O melhoramento das estradas, dos meios de comunicação e dos transportes permitiu, igualmente, às moças terem acesso aos estabelecimentos escolares mais numerosos e mais variados. O desenvolvimento dos métodos de ensino, a melhoria dos programas, a construção de maior número de escolas, e melhor equipamento, favoreceram, também, o progresso das moças em matéria de educação. É necessário sublinhar ainda a ação dos trabalhadores sociais, dos educadores de adultos e a influência dos programas comunitários que têm contribuído para acelerar a evolução das zonas rurais. Finalmente, o melhoramen-

to da situação econômica das populações rurais permite às famílias mais numerosas enviarem suas filhas à escola e dispensar sua ajuda financeira até uma idade mais adiantada. Esses fatores favoráveis de veriam ter uma influência cada vez mais sensível contudo a distância a vencer é ainda considerável e um esforço particular se faz necessário se se quer remediar o desequilíbrio que existe entre o nível educativo das meninas e dos meninos.

Educação extra-escolar

28. Os técnicos examinaram a situação no domínio do ensino extra-escolar, que é de primordial importância para o desenvolvimento da educação das mulheres nas zonas rurais. Embora não se possa contar com estatísticas exatas neste domínio, estima-se que a participação das mulheres nos programas de educação de adultos varia entre 10 e 60% segundo as regiões, mas na maioria dos casos é ainda muito mais fraca. Esta situação é tanto mais lastimável quanto o ensino extra-escolar deveria ser um dos meios que permitisse às mulheres preencher essa lacuna no domínio da educação.

29. O grau de analfabetismo entre a população feminina é ainda muito alto em muitas das regiões da Ásia. Os programas de educação de adultos feitos particularmente para as mulheres ou para a população rural, de modo geral, compreendem um programa de luta para extinguir o analfabetismo, e um ensino das técnicas elementares, visando o desenvolvimento econômico e social. Certos programas são mais avançados e permitem às mulheres aprender uma profissão que possam exercer para melhorar o nível de vida de sua família. Os programas de desenvolvimento comunitário prevêm a aquisição de conhecimentos diretamente úteis à população das zonas rurais, tais como o desenvolvimento da pequena pecuária, horticultura, das profissões artesanais. Muitos programas incluem igualmente um aspecto artístico e a preservação das tradições locais, os cantos e as danças da região. Finalmente, em vários países existe atualmente a preocupação de desenvolver uma consciência cívica e dar consciência aos habitantes das pequenas cidades do interior de sua responsabilidade no progresso da coletividade.

30. O corpo docente da educação de adultos depende em certos casos do governo, quer esteja ligado ao Ministério da Educação, quer ao da Agricultura da Saúde ou das Questões Sociais. Numerosos voluntários trabalham igualmente neste domínio, mas sua contribuição seria muito mais útil se lhes fôsse dada uma melhor formação técnica.

31. As dificuldades encontradas no recrutamento do pessoal docente para a educação extra-escolar são análogas por um lado, àque-
las que afetam o recrutamento do pessoal das escolas. Entretanto, é mais fácil encontrar monitores locais para a educação extra-escolar, uma vez que a formação destes é menos longa e pode ser realizada fora dos centros urbanos. As professoras que são nomeadas para as cidades do interior se deparam, às vezes com dificuldades decorrentes da idade dos alunos, mais idosos que as mestras, que dificilmente aceitam conselhos de uma pessoa que tenha pouca experiência.

32. Os técnicos constataram que em todos os países da região os obstáculos com que as mulheres se defrontam com relação ao acesso à educação nas zonas rurais, são antes de tudo de ordem familiar. No interior as mulheres se ocupam não somente com os trabalhos de casa e com a vigilância das crianças, como também com os trabalhos do campo e, na maior parte do tempo, não dispõem de ajuda. Estes obstáculos são tanto mais graves quando se trata de um baixo nível econômico. É bom notar que a ausência de locais onde as mulheres possam reunir-se para conversar sobre atividades coletivas, bem como a ausência de creches onde possam deixar seus filhos, contribuem para deixá-las afastadas das possibilidades educacionais.

33. Existe em geral recíproca compreensão entre os governos e as organizações beneficentes. Seria desejável, contudo, que a coordenação fôsse mais estreita a fim de evitar o desperdício de forças no domínio em que todas as energias são necessárias.

III - MEDIDAS A SEREM TOMADAS PARA O CRESCIMENTO DAS
POSSIBILIDADES DE INGRESSO DAS MULHERES DAS ZONAS
NAS RURAIS NA EDUCAÇÃO

34. Com o objetivo de solucionar na medida do possível, as dificuldades com que se defrontam atualmente inúmeras moças e mulheres das zonas rurais da Ásia em se beneficiar da educação escolar e extra-escolar, os técnicos formularam as seguintes sugestões que poderão, assim o espero, ser levadas em consideração no quadro dos programas nacionais de educação.

A. Normas a serem tomadas no domínio pedagógico

35. (1) Generalizar os métodos ativos de ensino fundados no estudo da psicologia da criança e do processo de aquisição de conhecimento. Êstes métodos que melhoram a qualidade do ensino e despertam pelo mesmo maior interesse e o relacionam com o meio e as conveniências das moças nas zonas rurais, permitirão continuar o ensino com maior aproveitamento e maior zêlo.
- (2) Formar professores para aplicação dêstes métodos.
- (3) Estimular os contatos entre pais e mestres, utilizando a criação de associações de pais. Estas consultas permitirão ganhar simpatia e apôio ativo dos pais, far-lhes-ão ter consciência de suas responsabilidades educacionais a respeito de suas filhas, bem como de seus filhos, e os ajudarão a assumir essas responsabilidades.
- (4) Fazer esforço para assegurar, o quanto possível a participação dos pais em certas atividades da escola.
- (5) Desenvolver as pesquisas psicológicas e pedagógicas para o melhoramento dos métodos de ensino, aprofundamento do conhecimento da psicologia da criança, experimentação de técnicas educacionais simples e práticas.

- (6) Informar, regular, e seriamente, os professores, particularmente os das zonas rurais, sobre os resultados das pesquisas e as experiências realizadas no domínio pedagógico, por meio de artigos, conferências, programas radiofônicos e publicações diversas.
- (7) Utilizar judiciosamente os trabalhos e os recursos dos institutos de pesquisas existentes, como, por exemplo, os do instituto de psicologia da criança de Bangkok.
- (8) Criar estabelecimentos pioneiros (pilotos) de ensino nas diversas zonas rurais.

36. O emprego de auxílios audio-visuais deveria ser estimulado, e os professores deveriam ser preparados para utilizar um equipamento bastante simples, aproveitando os recursos locais. Os cartazes, montagens fotográficas, teatro de fantoches, etc., executados na escola pelo professor e os alunos com materiais locais, a preços módicos, são frequentemente mais vantajosos que o material de ensino caro, fabricado em série.

37. Uma melhor utilização das emissoras radiofônicas escolares deveria ser feita, uma vez que, estas podem constituir um meio extremamente eficaz para o desenvolvimento da educação nas zonas rurais e isoladas. Para conseguir seu objetivo estas emissoras deveriam ser preparadas por especialistas possuidores de sólida formação e profundo conhecimento da região. As questões debatidas deveriam estar em estreita relação com o programa de ensino e os interesses dos alunos, e poderiam ser, igualmente, utilizados pelos professores, permitindo-lhes completar seus conhecimentos a respeito de vários assuntos. Estas emissoras podem aumentar a cultura geral dos alunos, dando-lhes o gosto pela música e o teatro, bem como quebrar a impressão de isolamento que poderiam sentir.

38. Qualquer que seja a importância dos recursos auxiliares do ensino, torna-se necessário lembrar que os mesmos não podem, de modo algum, substituir a ação educativa do professor mas tão somente completá-la e ilustrá-la.

Programas de ensino

39. Os técnicos consideram que no nível do ensino primário, os programas deveriam ser os mesmos para as escolas (rurais e urbanas) de moças e rapazes. Os educadores, entretanto, deveriam dispor de bastante liberdade para adaptar o ensino ao meio local, de modo que levasse em conta os interesses dos alunos. Seria desejável vincular as atividades escolares às atividades de educação de adultos que se desenvolvem na localidade.

40. Qualquer que seja o caráter, urbano ou rural, do lugar de origem e da residência, toda criança menino ou menina, que frequenta uma escola primária, deveria nela receber o mínimo de instrução que lhe fôsse indispensável, tanto para prosseguir seus estudos além do nível primário, como também para poder beneficiar-se de uma formação complementar, preparando-se para desempenhar suas obrigações na coletividade.

41. Quanto ao ensino secundário, seria aconselhável que se oferecessem aos alunos programas variados, entre os quais pudessem escolher livremente, de modo que as meninas não ficassem limitadas às disciplinas tipicamente femininas. Os programas deveriam compreender cursos de economia doméstica, de higiene, elementos de psicologia e puericultura destinados a moças e rapazes. Este ensino constitui, simultaneamente, uma preparação para a vida familiar e participação no desenvolvimento das coletividades. Um sistema de orientação escolar deveria ser estabelecido ou ampliado, a fim de que os alunos fôsem guiados por educadores competentes.

42. Seria necessário ampliar os programas de ensino profissional e técnico, que poderiam desempenhar um papel considerável nas zonas rurais. Este ensino que deveria ser de nível secundário ou superior, teria que ser adaptado às condições locais, com a intenção de que os alunos, no fim do curso, pudessem encontrar emprego no seu próprio ambiente. Entre outras coisas, dever-se-iam incluir cursos destinados à população feminina das zonas rurais, preparando-as para atividades futuras que permitissem exercer um emprego assalariado,

seja estabelecendo pequenas emprêsas por sua própria conta, seja efetuando trabalhos de artesanato em seus próprios lares. Para prestigiar satisfatoriamente o ensino profissional, seria necessário empreender a revalorização na opinião pública, das profissões técnicas e manuais. É também necessário que as escolas profissionais sejam de ótima qualidade e possam oferecer aos alunos sólida formação. Multiplicar êstes estabelecimentos em prejuízo do seu valor, seria incômodo e teria como resultado o fortalecimento dos preconceitos existentes a respeito do ensino técnico.

Recrutamento e formação do corpo docente

43. Para elevar o nível da educação das mulheres nas zonas rurais, assim como assegurar a frequência escolar regular e completa de tôdas durante a duração normal da escolaridade e eliminar o analfabetismo da população feminina, é indispensável recrutar e formar um corpo docente feminino numeroso e qualificado.

Recrutamento

44. Uma pesquisa deveria ser realizada entre alunas das escolas primárias e secundárias, particularmente, nas zonas rurais com o objetivo de examinar entre as moças aquelas que apresentam vocação para o magistério, verificar suas aptidões e encorajá-las a ingressar numa escola normal.

45. Nos países em que haja um deficit muito alto de professoras, e em que as medidas de urgência se impõem, seria necessário lançar mão das que receberam uma formação para o exercício do magistério, mas que não exerceram sua profissão, bem como, daquelas que possuem cultura geral suficiente ou de capacidade intelectual bastante a satisfazer rapidamente essas exigências. Poder-se-ia, outrossim, contar com a colaboração dessas pessoas em tempo parcial. Com o objetivo de atender a essas diversas categorias de candidatas, deveriam ser organizados cursos especiais para acelerar a formação das mesmas.

46. Os métodos de seleção dos candidatos para o magistério deveriam ser estabelecidos cuidadosamente e aplicados por pessoal especializado e competente. Deveriam permitir a apreciação das capacidades intelectuais e das qualidades morais dos candidatos, o gosto pelo ensino, o interesse pelas crianças, e sua formação escolar anterior. Nos países da Ásia onde o número de candidatos o permita, a seleção deveria ser severa, a fim de evitar a introdução no magistério de pessoas que, não possuindo aptidões necessárias, não obtivessem bons resultados no ensino ou abandonassem rapidamente a profissão.

47. As futuras professoras destinadas ao ensino no interior, deveriam preferencialmente, ser escolhidas nas zonas rurais. O conhecimento que possuem da vida rural, dos seus problemas e de suas tradições, permitir-lhes-ão, conseqüentemente, adaptar-se, sem maiores obstáculos, ao trabalho local, e evitar-lhes-ão o problema de adaptação e conflitos que encontram as professoras vindas dos centros urbanos.

Formação profissional

48. Seria necessário criar numerosas escolas normais nas zonas rurais que oferecessem formação profissional às futuras professoras, sem transferi-las para outra cidade durante todo o período de seus estudos.

49. A formação profissional deveria compreender uma duração suficiente e abranger estudo aprofundado de psicologia da criança, vasto conhecimento das matérias de ensino, aprendizagem das técnicas modernas de ensino e de métodos práticos. Para as professoras convocadas a ensinar nas zonas rurais, seria oportuno que possuissem uma preparação adaptada ao meio, sem contudo pretenderem atingir as raíças da especialização, o que impediria fôsem elas nomeadas hoje ou amanhã para as escolas urbanas.

Aperfeiçoamento no trabalho

50. Considerando o isolamento em que se acham os educadores das zonas rurais, o seu aperfeiçoamento é ainda muito mais necessário que o de seus colegas das cidades. Importa que lhes seja dada ocasião de fazer cursos de férias, cursos por correspondência, pelo rádio, conferências pedagógicas regionais e de beneficiá-los mediante os serviços de unidades móveis (cinema ambulante, biblioteca ambulante, material de demonstração de ensino doméstico).

51. Deveriam ser estabelecidos centros de aperfeiçoamento nas zonas rurais que funcionassem permanentemente. Nesses centros, grupos de professores poderiam fazer mediante revezamento, estágios de duração variável.

Melhoramento das condições de trabalho dos educadores rurais

52. Dadas as dificuldades de sua tarefa, mister se faz que as condições de trabalho dos professores rurais sejam melhoradas ao máximo. Deveriam beneficiar-se, particularmente as professoras, de boas condições de alojamento. Na medida do possível deveriam ser concedidos alojamentos aos professores que ensinam em regiões isoladas ou difíceis.

B. Normas a tomar no domínio administrativo

53. Dada a importância das populações rurais nos países da Ásia e a necessidade de o funcionamento dos estabelecimentos de ensino nessas regiões, tôdas as medidas administrativas necessárias deveriam ser tomadas quanto ao aumento rápido e regular do número de prédios escolares situados nas zonas rurais, melhoria do equipamento das escolas para garantir a procura por maior número de alunos, organização do transporte dos alunos que residem distante da escola, provimento das casas de estudantes secundários e estudantes de escolas normais, com internato.

54. Mister se faz simplificar, na medida do possível, as normas administrativas, a fim de permitir aos professores das zonas rurais e às professoras, particularmente, manter contato com as autoridades escolares, fazendo-as cientes de suas necessidades e obter decisões rápidas a respeito das questões que lhes são submetidas. É necessário nomear mulheres para postos de responsabilidades da administração escolar, bem como para os órgãos responsáveis pelos programas escolares, pelos estabelecimentos de ensino ou pelo financiamento. Deste modo, o interesse dos professores e dos estudantes não serão negligenciados.

55. Multiplicar o número de mulheres nos serviços da inspeção escolar é igualmente necessário, uma vez que elas devem ter como função principal ajudar e advertir as professoras, não vigiá-las. As visitas de inspeção deveriam ser feitas com frequência nas zonas rurais, para evitar que as professoras dessas regiões se sintam isoladas e esquecidas.

56. Deveriam ser concedidas promoções com equidade aos professores e professoras nas zonas rurais. Seria igualmente necessário que o trabalho fôsse considerado igual, tanto para os professores rurais como para os professores urbanos.

C. Medidas a tomar no domínio financeiro

57. A maior parte dos Estados da Ásia não possuem orçamento determinado para as zonas urbanas e as zonas rurais. Alguns deles, em compensação, prevêm em seus orçamentos fundos destinados ao desenvolvimento da educação das mulheres.

58. Os técnicos sugerem que uma política análoga seja adotada em todos os países, pois, assim os fundos expressamente reservados para o desenvolvimento da educação das mulheres não correm o risco de serem aplicados em outros setores, como poderia acontecer se fôsses incluídos no orçamento geral da educação.

59. Seria necessário prever verbas especiais para bolsas de estudo em maior número, de que se beneficiassem os alunos das zonas rurais e em particular as moças. Os pais se esforçam muito mais para que os filhos prossigam seus estudos, chegando mesmo a fazer certos esforços neste sentido, mas as mesmas oportunidades não são dadas às filhas.

60. Deveria ser prevista a criação de verbas para as educadoras que trabalham em condições particularmente difíceis nas regiões rurais isoladas.

61. Seria necessário prever a criação de fundos especiais para o melhoramento dos prédios e do equipamento escolar nas zonas rurais, para a construção de escolas primárias, secundárias, profissionais e normais, para a construção de internatos e pensionatos, particularmente para as moças, e para o melhoramento das condições de alojamento do corpo docente.

62. É indispensável um melhoramento das condições de vida nas zonas rurais dos vários países da Ásia, a fim de que se evite uma emigração excessiva da população rural para os centros urbanos, bem como a tendência dos professores para procurar colocação na cidade. Com o fim de obter fundos necessários para o desenvolvimento das comunidades rurais, deveria ser feito um apêlo urgente junto aos diferentes Ministérios interessados (Agricultura, Saúde, Questões Sociais, Juventude e Esporte, Desenvolvimento Comunitário, etc.).

63. Seria igualmente necessário que a estas diferentes fontes se dirigissem os interessados com a finalidade de obter os meios de financiamento dos programas de educação de adultos, cuja ação deveria ser consideravelmente ampliada, interessando, antes de tudo, as mulheres das zonas rurais, entre as quais se encontra o mais elevado grau de analfabetismo, faltando-lhes também contatos com o mundo exterior e possibilidades de melhorar seu nível de vida. Seria oportuno prever a criação de fundos para publicações com a intensão de melhorar o material de leitura nas línguas locais, a fim de que as campanhas de alfabetização não sejam seguidas de um retôrno ao analfabe

tismo. Os serviços prestados por organizações não governamentais no domínio da educação de adultos, devem contar com o apoio das autoridades e de ajuda financeira e técnica.

64. É desaconselhável limitar-se a campanha, apenas, aos recursos orçamentários do governo. Ao contrário, deve-se apelar para a ajuda das populações rurais que podem participar com doações (terreno, materiais de construção, mão-de-obra) para o desenvolvimento da educação nas pequenas cidades do interior, nos planos escolar e extra-escolar. Outros fundos podem ser reunidos em colaboração com a população urbana cuja situação econômica é geralmente mais favorável, ou pela organização de loterias, movimentos de beneficência, etc.

D. Medidas a tomar no domínio da planificação

65. Em vários países da Ásia a planificação condiciona atualmente o desenvolvimento da educação. É necessário, pois, que o problema do acesso de mulheres à educação seja levado em consideração por ocasião do estabelecimento dos planos a curto e a longo prazo. As comissões encarregadas da planificação do ensino escolar e extra-escolar deveriam, pois, compreender um certo número de educadores.

66. Para se estabelecer um plano sobre os dados reais, seria necessário que se fizessem pesquisas aprofundadas sobre as condições de vida das mulheres nas zonas rurais sobre o grau de educação, sobre a regularidade da frequência escolar, sobre o aproveitamento dos efetivos. Seria necessário, para a realização dessas pesquisas, dispor de pessoal especializado competente. Os professores rurais, já sobrecarregados com trabalhos de sua profissão, não deveriam ser importunados com este serviço.

67. No estabelecimento dos planos de construções escolares seria igualmente necessária a consulta às mulheres, bem como assegurar-se do bom estado do equipamento sanitário, preparação das áreas necessárias para a educação física, o ensino doméstico, etc. Estes imperativos permitirão às moças frequentar as escolas rurais em condições favoráveis.

68. As previsões das necessidades do corpo docente e do pessoal de inspeção, deveriam ser estabelecidas sem menosprezar a necessidade de manter o equilíbrio na maioria dos países quanto ao nível educativo dos meninos e das meninas. O recrutamento intensivo e a formação rápida do corpo docente feminino devem ser considerados levando-se em conta estes desníveis.

69. No estabelecimento dos programas de ensino, seria necessária a previsão das possibilidades de adaptação às condições locais. No que concerne ao ensino técnico, considerar-se-ão as condições econômicas e as possibilidades de emprego, calculadas em pesquisas aprofundadas, particularmente nas zonas rurais onde a variedade de profissões é mais restrita.

70. No quadro da planificação deveria ser levada em conta a necessidade de uma cooperação entre órgãos governamentais e não governamentais que se encarregam com a educação escolar ou extra-escolar e, entre outras, organizações beneficentes femininas.

E. Medidas a tomar no domínio da informação

71. É necessário tornar conhecida do público a situação das populações das zonas rurais, as dificuldades por que passam essas populações e a importância primordial das zonas rurais para o desenvolvimento e a prosperidade do país. Esta tarefa deve ser confiada a pessoas competentes, empregando, com precaução, os melhores meios de informação.

72. É também necessário que seja dada aos homens e às mulheres das zonas rurais ocasião de apresentarem seus pontos de vista, de mostrarem suas realizações e de ocuparem o lugar que lhes cabe na vida do país.

73. Por outro lado, pode ser necessário que em certos casos se deva esclarecer a opinião pública das zonas rurais a respeito das vantagens da educação das mulheres. Os contatos pessoais, os exemplos dados por personalidades locais influentes, a reunião de grupos comu

nitários, desempenham grande papel neste domínio. Esta ação deve ser completada por um esforço de vulgarização dos conhecimentos e difusão da cultura graças à publicação e à distribuição de brochuras redigidas num estilo simples e palpitante nas línguas locais. Recomenda-se também que sejam aproveitados os meios tradicionais de expressão artística: dramas, contos folclóricos, danças, cantos, festas locais, etc. O pessoal encarregado deste trabalho deve possuir uma formação especial e utilizar os meios de informação de massas, a fim de que os funcionários do governo de todos os padrões possam estar a par do progresso realizado no domínio comunitário. É igualmente indispensável organizar a formação dos quadros locais.

F. Ação das organizações não governamentais

74. As organizações não governamentais têm papel importante a desempenhar no domínio da opinião pública, pois podem atingir grupos, às vezes de grande influência, com interesses e objetivos comuns, quer se trate de sindicatos, de movimentos de juventude, de organizações femininas, de associações de professores. Estas organizações podem assegurar, frequentemente, a eficiência de ligação entre as instâncias governamentais e a opinião pública.

75. A ação educacional das organizações não governamentais é muito desenvolvida nos países da Ásia, cuja colaboração em face dos programas de desenvolvimento comunitário mostra-se muito eficaz. O papel que elas desempenham neste domínio poderia ser reconhecido, e seria desejável que a colaboração se estabelecesse com este fim em todos os países da Ásia entre as instâncias governamentais e as organizações beneficentes, que deveriam lucrar do apoio das autoridades. Uma estreita colaboração permitiria utilizar de modo mais eficaz todas as energias e os recursos disponíveis, evitando o acúmulo de empregos. Tal agrupamento de todos os esforços não seria supérfluo em se tentando resolver os problemas do desenvolvimento da educação das mulheres nas zonas rurais da Ásia.

IV. SUGESTÕES DE ORDEM PRIORITÁRIA QUE SE ACONSELHARIA FÓSSEM ADOTA-
DAS COM RELAÇÃO AO INGRESSO DAS MULHERES DAS ZONAS RURAIS DA Á-
SIA NA EDUCAÇÃO, NO QUADRO DOS PROGRAMAS NACIONAIS DE EDUCAÇÃO,
DAS EMPRESAS REGIONAIS E DOS PROGRAMAS DE AJUDA ECONÔMICA E FI-
NANDEIRA

76. Os técnicos reunidos em Bangkok, por iniciativa da UNESCO , para examinar os problemas de ingresso das mulheres das zonas rurais da Ásia na educação,

Conscientes da responsabilidade que cabe às mulheres asiáticas no desenvolvimento de seus países,

Persuadidos de que estas mulheres não poderão realizar esta tarefa de modo eficiente senão beneficiadas por uma educação adequada,

Reconhecedores das medidas já tomadas pelos governos nos países da Ásia para desenvolver a educação das mulheres,

Constatando que na hora atual, não obstante os esforços realizados, as possibilidades de educação que se oferecem às moças e às mulheres nas zonas rurais da Ásia são, ainda, na grande maioria, casos bastante limitados, e que o nível da educação da população feminina é ainda muito pouco elevado e inferior ao dos homens,

Preocupados com as consequências econômicas, sociais e psicológicas deste desequilíbrio,

Confiantes na equidade dos governantes da Ásia que, tendo aprovado os princípios da Declaração dos Direitos do Homem e os da Convenção e da Recomendação sobre as medidas discriminatórias em matéria de educação, estão ansiosos para pôr em prática estes princípios,

Expressam a confiança, ao mesmo tempo esperançosos, de que os governantes poderão levar em conta por ordem de prioridade, considerando o desenvolvimento de programas de educação para mulheres nas zonas rurais da Ásia, os seguintes pontos:

77. (1) Planificação, financiamento e apreciação sistemática das atividades tendo por objetivo o desenvolvimento da educação de mulheres nas zonas rurais da Ásia no quadro dos programas nacionais.

(2) Recrutamento e formação de educadoras e inspetoras, de modo particular nas zonas rurais.

(3) Simplificação, na medida do possível, das normas administrativas a fim de permitir com maior facilidade os contatos entre os professores das zonas rurais e as autoridades escolares, e as decisões mais rápidas sobre as questões submetidas a estas últimas.

(4) Esforço para dar à opinião pública consciência dos problemas rurais e para formar pessoal de informação.

(5) Estreita cooperação e eficaz coordenação entre todas as instâncias governamentais interessadas nos diversos níveis e entre estas e as organizações não governamentais no domínio da educação de mulheres nas zonas rurais.

78. Os técnicos expressam a esperança de que a UNESCO, a OIT, a FAO, o OMS e as demais instituições especializadas nos programas de ação nas zonas rurais, as Nações Unidas e sua Comissão Econômica para a Ásia e o Extremo-Oriente, as organizações intergovernamentais, tragam sua colaboração aos países da Ásia e possam levar em conta estas prioridades quanto à elaboração de seus programas de educação escolar e extra-escolar, e aumentar também a ajuda que elas trazem ao desenvolvimento das possibilidades de educação posta à disposição das mulheres, pela oferta de bolsas, assistência aos projetos-pilotos, organização de estágios, de cursos de formação e conferências, emprêsas de pesquisas e de estudos comparados sobre a situação das mulheres no plano educacional, publicações de obras sobre as realizações femininas no campo da educação.

79. Estas organizações desejam, de modo particular, que no quadro do programa regional de desenvolvimento do ensino na Ásia seja criado um lugar equitativo quanto aos problemas de acesso das mulheres à educação e que as educadoras, as inspetoras e as mulheres que ocupam lugares importantes na administração do ensino possam beneficiar-se equitativamente dos cursos organizados nos centros regionais para formação de administradores e inspetores do ensino e para a formação de professores e escolas normais. Esperam que os países da Á-

sia empregarão em prol do desenvolvimento da educação das mulheres determinadas possibilidades de ajuda que são postas à sua disposição pela UNESCO.

Agradecimentos

80. Os técnicos agradeceram à UNESCO pela iniciativa da realização da presente reunião que permitiu realizarem um exame aprofundado da situação e uma troca de experiências altamente frutuosas, e formular sugestões que esperam serão de grande utilidade. Expressam, outrossim, seu reconhecimento ao governo da Tailândia pela hospitalidade dispensada nesta reunião e o interesse que foi proporcionado pelas autoridades locais para que a estada em Bangkok fôsse a mais agradável possível.